

Atlantida: da lusitanidade à latinidade

Zília Osório de Castro
FCSH.UNL

Resumo

João de Barros e João do Rio retomaram a ideia há muito enunciada da união luso-brasileira e procuraram dar-lhe a expressividade adequada ao seu tempo. A publicação de uma revista que viria a ser denominada *Atlantida* e que teria uma feição predominantemente cultural seria o meio para atingirem aquele objetivo. Editada sob o signo da portugalidade, iria contribuir para a criação de uma “nova e grande Lusitânia” em que a tradição de Portugal continental se aliaria à juventude da nação brasileira. O Atlântico e a língua portuguesa seriam os pilares dessa construção. A guerra e a emergência do pangermanismo vieram alterar este plano. A língua e cultura francesas tornaram-se expressão do espírito latino e de oposição ao germanismo. Subalternizada a lusitanidade, a *Atlântida*, quiçá por isso mesmo, pouco lhe sobreviveu.

Palavras-chave: lusitanidade; latinidade; germanismo; luso-brasileirismo; Atlântico.

Abstract

João de Barros and João do Rio resumed the former idea of a Luso-brazilian union and tried to bestow upon it the appropriate significance for their time. The means to achieve that aim would be publication of a mainly cultural journal, to be named *Atlantida*. Published under the sign of the Portuguese identity, it should foster a “new and great Lusitânia” where the Portuguese tradition would join the youthfulness of the Brazilian nation. The Atlantic Ocean and the Portuguese language were to be the foundation of such construction. War and the emergence of pan-germanism changed that plan. The French language and culture became the expression of the Latin spirit and of the opposition to Germanism. Therefore, on undervaluing the Lusitânia soul, *Atlântida* could hardly survive.

Keywords: Lusitânia soul; Latin spirit; Germanism; Luso-brazilian; Atlântic Ocean.

Quando João de Barros e João do Rio pretenderam concretizar um projeto que lhes era comum – a aproximação entre Portugal e o Brasil –, assentaram que uma publicação periódica seria o meio por excelência de atingir os objetivos desejados. Acolheria textos de autores de lá e de cá do Atlântico, permitindo permuta de ideias e troca de notícias que contribuiriam para iniciar ou dinamizar uma unidade entre as duas nações de fortes componentes culturais que se viria a refletir e a informar toda uma forma de ser e de estar comum identificadora e caracterizadora de uma união que se iria consolidar ao longo dos tempos. Ou seja, a partir de uma dupla realidade, pretendiam criar uma realidade única pelo carácter participativo de ambas as partes. Tornava-se, assim, possível visualizar uma mesma metrópole que o Atlântico ligava e viabilizar projetos de modo a alcançar coesão interna e prestígio externo face a todos os outros países. De

assinalar o carácter eminentemente cultural da iniciativa expresso na designação no subtítulo de “Mensário artístico e cultural” e a que se atribuía impacto “social” como se pode ler no mesmo local. Embora, segundo nos parece, nem João de Barros nem João do Rio pretendessem criar uma revista política, tinham consciência que a unidade total era uma quimera e até evidenciavam uma certa aproximação ao poder pedindo o patrocínio dos ministros das relações exteriores do Brasil e dos estrangeiros de Portugal. Entendiam, porém, que só sobre uma forte unidade cultural era possível construir uma eventual e hipotética unidade política. E era aquela que, pelo menos de início, estava em causa. E dizemos de início porque os diretores da revista acreditavam que a *Atlantida* aparecia num tempo especialíssimo pois que a guerra europeia dera origem a um “movimento de solidariedade entre aqueles países e aqueles povos que vivem de um mesmo ideal, que é alimentado da mesma tradição, da diversidade do mesmo tronco originário”(A DIRECÇÃO, 15 nov. 1915, p. 94). Além disso, a intenção política de Portugal e do Brasil medida pela via da república facilitava também o intercâmbio entre os dois países.

Por outro lado, o próprio nome da revista – *Atlantida* – apontava para o universo dos mitos, das utopias, enfim, dos sonhos e não de uma realidade concreta. A ser esta a prevalecer, a revista tomaria o nome de *Atlantico* como chegou a ser proposto. A escolha de *Atlantida* trazia consigo a assinatura de um poeta, João de Barros, e toda a ambiguidade que rodeia a sua existência ou suposta existência. E se é certo que nas suas múltiplas interpretações representou sempre um ideal de prosperidade e de felicidade, também é certo que trazia consigo a ideia de catástrofe. Seja como for, o carácter prático ligado ao mito da *Atlantida* encontrou eco em João de Barros e em João do Rio, que acreditavam num espaço e num tempo uma vez perdidos e agora passíveis de serem encontrados, não na sua imagem do passado, mas de procura de um futuro promissor. Por razões históricas, o espaço e o tempo dos portugueses do Brasil separaram-se do espaço e do tempo dos portugueses de Portugal. Importava reuni-los de novo, alargando o conceito de Lusitânia ao continente brasileiro. Importava que a pequena Lusitânia do continente europeu desse lugar à “grande e bela Lusitânia” que englobaria também o Brasil. Nas palavras da direção da revista, seria este o objetivo a atingir. A *Atlantida* tentaria substituir no domínio intelectual e social aquele lendário continente que dantes ligara a América à Europa, o que seria possível mediante a criação de “um ambiente de mútuo afeto e solidariedade perfeita” (A DIRECÇÃO, 15 nov. 1915, p. 95). Falar nestes termos significava acreditar na construção de uma identidade agregadora com raízes que da Europa se estenderiam à América.

Para os dois autores, o ideal da *Atlantida* assentava em dois pilares: o mar e a língua. Embora a admiração de João de Barros pelo mar não deixasse dúvidas, João do Rio revelou-se verdadeiramente enamorado: o mar era o mundo da esperança, era o caminho da felicidade, de um caminho que apontava para a conquista de um poder futuro com os seus dramas e as suas alegrias. E dirigia-se-lhe com estas palavras: “ó tu, mar salgado, criador de todas as perfeições e de todas as horrores, de todos os sonhos e de todas as maravilhas” (RIO, 15 nov. 1915, p. 13).

Sendo assim, tanto para João de Barros como João do Rio, as relações entre Portugal e o Brasil não prescindiam do mar como elo de ligação e como fator de progresso. O mar que ligava os dois países era afinal o mar dos dois povos e, conseqüentemente, fator de uma identidade comum. “*Mare nostrum* chamavam os latinos ao Mediterrâneo. *Mare nostrum* chamaremos nós brasileiros e portugueses ao Atlântico” dizia Magalhães Lima (LIMA, 15 ago. 1917, p. 846). Mais do que um caminho, entendido como elo de ligação, o mar estava ligado à gênese da nacionalidade portuguesa. Desde sempre houvera uma aliança entre Portugal e o mar e, como se dizia, nesta fusão encontrava-se “o meio vital da nação portuguesa” (ARANHA, 1919, p. 9). Portugal não ficara limitado ao território europeu e estendera-se para além do mar, ampliando um destino de expansão e progresso que lhe pertencia como coisa própria. E formulava-se uma pergunta que era ao mesmo tempo uma afirmação. Dados os laços históricos entre Portugal e o Brasil, e uma idêntica costa marítima, a nação brasileira participava essencialmente do carácter português, e fruiria de análoga possibilidade de prestígio. Assim, o Brasil aliava às tradições portuguesas a certeza de um futuro de desenvolvimento (GAILLARD, 1919, p. 181-182). Considerar o mar, como elemento vital dos dois países significava definir a união entre eles não só como natural, mas como essencial, com as respectivas conseqüências. O Brasil tornava-se nação europeia. Portugal, por seu lado, além de contar com o aumento de prestígio internacional, internamente sentiria os efeitos do “espírito de mocidade vindo do Brasil”, fator de uma “nova vida mais ardente, mais poderosa e mais bela” (ARANHA, 1919, p. 10).

Por sua vez, a língua era, como se referiu, outro dos pilares do relacionamento de Portugal com o Brasil pelo seu carácter identitário e gregário.

Falar a mesma língua, – dizia João de Barros – representar a mesma raça, ter uma fórmula comum de civilização, e tão separados um do outro como até há pouco viviam os dois povos, eis um facto estranho que não me pertence explicar, mas que era altamente prejudicial, tanto para portugueses como para brasileiros e, sobretudo, creio, para o papel que qualquer das duas repúblicas têm de desempenhar na vida internacional do globo. (BARROS, 15 nov. 1915, p. 7)

Os diretores e colaboradores da *Atlantida* mostraram sempre ter disso consciência e, ao longo das páginas, a exaltação da língua foi uma constante. Mas, tal como acontecia com o mar, também falar de língua significava referir o lugar que lhe era atribuído na economia dos textos e do pensamento dos autores. Encontravam o seu sentido não no plano da linguística ou do idioma, antes entendiam a língua enquanto expressão cultural e, como tal, identificadora de um modo de ser e de estar. Neste sentido, a língua era fator de união identitária, já que caracterizava um grupo, uma sociedade, uma nação. Podia-se dizer que a “língua constituía já de si uma pátria espiritual” (LIMA, 15 ago. 1917, p. 846). A união proclamada e defendida pela *Atlantida* não prescindia da língua portuguesa, antes a proclamava como um valor a defender. Portugal e

o Brasil se mantivessem viva e atuante a língua que por razões históricas se falava num e noutra país criavam, ou consolidavam, a desejada união. Interessante a conjugação feita nas páginas da revista entre raça e língua. Assim, por exemplo, “perdemos a consciência da raça quando se sacrifica a língua” (VIANA, 15 dez. 1915, p. 99); ou, Portugal, tal como Espanha e Inglaterra, pode estender a grandes domínios ultramarinos o espírito da sua raça com a hegemonia da sua língua” (VIANA, 15 dez. 1915, p. 99). Importava, pois, aperfeiçoar e salvaguardar a língua como condição de identidade (traduzindo por este termo o vocábulo raça tantas vezes enunciado) e, portanto, de permanência e de continuidade, o que apontava para a vertente cultural do projeto *Atlantida*.

Perpassava nas páginas da revista a ideia mais ou menos frequente de que Portugal era um país velho e o Brasil uma nação nova, e salientava-se o tradicionalismo português face ao modernismo brasileiro. É certo. Mas também se celebravam as potencialidades de conjugação de uma e outra. Neste processo de integração do novo e do velho, a língua ocupava um lugar primordial por ser ela a criar a identidade nesse novo mundo assim constituído. Era ela que lhe dava a referida identidade que aliás se sobrepunha às diferenças. No caso em apreço, falar de “perenidade da língua” significava falar da perenidade da união entre Portugal e o Brasil, uma perenidade que não era resultante de tratados já que impunha a identidade e a unidade geradas pela língua. Baseada neste princípio, a missão da *Atlantida* seria “tornar mais decisivamente amigáveis e íntimas as relações luso-brasileiras ou, para melhor dizer, contribuir para o maior esplendor, rigor e brilho da língua, da literatura e da solidariedade *lusitanas*” (A DIRECÇÃO, 15 nov. 1916, p. 3).

Nesta perspectiva, o ideal da *Atlantida* concretizava-se pela lusitanidade das suas abordagens, ou seja, pelo carácter ou qualidade peculiar, identificador do que era ou se entendia ser português. As referências à aproximação de Portugal e do Brasil, ao desejo de união entre eles, contemplavam, sem dúvida, o particular contributo de cada um dos países nas particularidades circunstanciais ou não que lhes eram próprias. No entanto, das duas características fundamentais da *Atlantida* – o mar e a língua – acreditava-se que aquele era comum ao modo de definir os dois países, enquanto o sentido cultural da língua (não raras vezes enunciado) revelava um forte pendor luso, que seria identificador dessa união, embora revigorada pelas potencialidades da juventude e vigor reconhecidas ao Brasil. Aliás, denominar de “nova e grande Lusitânia” a unidade dos dois países não deixava de ser significativo.

Igualmente significativas, porque reveladoras de idêntica forma de pensar, são as palavras de Teixeira de Queirós ao afirmar que o Brasil

é o nosso continuador histórico, tendo nós levado para além mar a nossa língua e a nossa alma Se este punhado de homens que agora vivem aquartelados para vigiar a nossa marcha na História da Humanidade, se um dia tiver de se diluir na poeira dos séculos vindouros, lá fica o Brasil para atestar a nossa grandeza, porque é grande o pequeno povo que deu origem a tão prometedora nação. (QUEIROZ, 15 fev. 1918, p. 519)

Do sentido histórico destas linhas transparecia a ideia de movimento, de dinamismo que integrava a lusitanidade num processo situado no tempo – o tempo do passado, do presente e do futuro – e no espaço enquanto território do Brasil e de Portugal. Neste sentido, escreveu-se:

Portugal, que soube conquistar para si um dos grandes capítulos da história universal é fonte legítima de uma civilização e de uma tradição; o Brasil tem de colocar sempre acima da sua *americanidade* e até da sua *latinidade* a sua emancipada e ativa *lusitanidade* para poder manter entre os outros povos da América verdadeira autonomia, não só territorial, mas moral e histórica. (OLIVEIRA, 15 jan. 1916a, p. 204, grifos do autor)

Nesta perspectiva, o Brasil para ser Brasil tinha de se empenhar de forma ativa na concretização da lusitanidade, ou seja, teria continuamente de se lusitanizar para conquistar a sua autonomia que tinha como sinal identificador o fator peculiar de ser português. Por sua vez, a Portugal cumpriria continuar a obra iniciada com Pedro Vaz de Caminha – “que a bordo da nau capitânia de Cabral, escrevia a certidão de baptismo e o registo civil do mundo que nascia” (BILAC, 15 abr. 1916, p. 600) – e seguida por quantos haviam trabalhado para o descobrir, cultivar, fortalecer. Daqui nascera a nação brasileira. Contando desde sempre com o interesse da nação portuguesa, não prescindia dele; e a Portugal pertencia-lhe continuar a manifestá-lo, até como condição da sua portugalidade, já que o Brasil apesar de estar tão longínquo “era o verdadeiro prolongamento, ampliado e alimentado, do novíssimo território nacional” (OLIVEIRA, 15 jan. 1916b, p. 299). E, mais uma vez, se reconhecia o imperativo de uma dupla ação levada a cabo por cada um dos países no sentido de se fundirem como “duas vogais do mesmo ditongo”, constituindo “dois sons diversos numa única sílaba” (OLIVEIRA, 15 jan. 1916b, p. 299).

A aproximação luso-brasileira desejada por muitos e incentivada por João de Barros inseria-se, como se referiu, num processo histórico marcado pelo evoluir do tempo. Processo a ser incentivado a partir do reconhecimento de um passado comum, de um presente que o reconhecia e se plasmava no futuro. Como na imagem de um espelho, os dois países deviam refletir-se, verificando “que sendo quase a sua própria imagem, tinha qualquer coisa do sonho que um e outro sonharam, de quimera que um e outro criaram na sua alma, de beleza que um e outro quiseram e querem atingir” (BARROS, 15 fev. 1918, p. 515). O espelho, transmitindo a imagem fiel de cada uma das nações daria a conhecer o que as unia e as separava no tempo. E assim

o Brasil adivinharia na discreta transparência da alma portuguesa, o seu próprio passado, base e fundamento do seu próprio presente. E Portugal avistaria no ofuscante brilho da alma brasileira o seu próprio futuro tornado esplendor e força, realizado em trabalho fecundo e em alma inovadora. (BARROS, 15 fev. 1918, p. 515)

Daqui, o reconhecimento da uma continuidade firmada na consciência da sua cumplicidade que seria o gérmen da vitalidade de cada um. Segundo este modo de pensar, Portugal e o Brasil reconheciam-se no tempo vivido e acreditavam no futuro como forma de vida. Como tal, “continuavam o passado fazendo-o presente, e continuavam o presente fazendo-o futuro” (RIO, jul. 1919, p. 451). Deste modo, não só estavam na História como construía a História, sendo a lusitanidade a expressão de vida vivida individualmente e na conjugação de um com o outro. Consequentemente, não se entendia como sendo obra exclusiva nem da coletividade, nem de uma individualidade, nem que pudesse ser datada e localizada. Contudo, existia de facto na dimensão absoluta de um espírito, de uma cultura que irmanava portugueses e brasileiros num sonho comum e numa pátria identificadora. Os planos de afirmação luso-brasileira traduziam, pois, o sentir de uma vitalidade simultaneamente identitária e histórica.

Os termos deste discurso parecem circunscrever-se ao relacionamento luso-brasileiro, centralizando nele a missão da *Atlantida*. E teria sido assim nos primeiros tempos. Ao festejar o segundo ano de publicação, mais uma vez enunciou que a grande aspiração da revista era “tornar mais decisivamente amigáveis e íntimas as relações luso-brasileiras, ou para melhor dizer, contribuir para o maior esplendor, vigor e brilho da língua, da literatura e da solidariedade lusitanas” (A DIRECÇÃO, 15 nov. 1916, p. 3). A defesa e exaltação da lusitanidade transpareciam, de facto, nos textos que a compunham desde o número inicial até 1919. Interrompeu então a publicação até que, depois de uns meses de suspensão, apareceu de novo. Na nota de abertura, intitulada significativamente *Atlantida*, a direção manifestava o intuito de manter a mesma orientação como órgão de aproximação luso-brasileira. Informava ainda que pretendia, como, objetivo principal, “fazer de Portugal e do Brasil uma só força de civilização e de predomínio no mundo moderno”, contando para isso com a colaboração de individualidades de reconhecido mérito” (A DIRECÇÃO, 1919, p. 845) Contudo, se bem que aplicasse o termo *lusitanismo* ao referir-se ao Brasil e a Portugal, lembrava igualmente que a guerra com a vitória dos aliados viera engrandecer o espírito latino cujos reflexos se faziam sentir nos dois países. Mais uma vez se falava na “nova e grande Lusitânia” e em “panlusitanismo” (LIMA, 15 ago. 1917, p. 847), além de se esboçar já a luta contra o pangermanismo (COSTA, 15 ago. 1917, p. 875). Pouco durou esta carta de intenções. Ainda nesse mesmo ano, a revista apresentou-se com uma nova direção que incluía o nome de Graça Aranha para os negócios de França, mantendo-se João do Rio para os do Brasil, e João de Barros em terceiro lugar para Portugal. Em nota de abertura dirigida “aos nossos leitores” eram estes informados que a revista se passava a intitular Órgão de pensamento latino em Portugal e no Brasil. Justificava-se a alteração, afirmando “que a aproximação luso-brasileira, para cuja defesa ela se fundou e por cuja realização tem combatido, só encontrará a sua completa efectivação quando baseada no mesmo e ardente amor pela alma latina” (R., 1919, p. 3). Além disso, manifestava explicitamente o intuito de manter a mesma orientação como órgão de aproximação luso-brasileira. Contudo, era bem de ver que a *Atlantida* tinha agora como objetivo dominante

a vitória do espírito latino, o que significava a substituição da ideia de lusitanidade pela de latinidade como ideia fulcral da orientação editorial.

Esta alteração, segundo Graça Aranha, privilegiava o Brasil, no qual passavam a confluir duas forças: a que vinha do passado do sangue português e a do meio físico em que se desenvolvia a transplantação da alma latina. Ao exaltar a cultura latina que era afinal a cultura mediterrânea e ao torna-se seu arauto, a *Atlantida* não renegava o seu passado, mas restringia-lhe a importância ao tornar-se “um foco da cultura latina” pela participação de colaboradores de renome vindos de todas as nações latinas. Trocar de certo modo o mundo atlântico pelo mediterrâneo traduziu-se de imediato na publicação de textos em língua francesa, e daí na divulgação da cultura oriunda de França. Não se pode dizer que uma e outra tenham sido ignoradas nas muitas páginas que precederam a assunção da latinidade, mas traduziu-se então em referências mais ou menos pontuais que revelavam o pouco impacto no que constituía a orientação da revista. De facto, logo no primeiro número, pela pena de João de Barros é referido o “ideal latino” que unia Portugal e o Brasil numa comunidade perfeita, “com a mesma força de inteligência e de alma, com a mesma e perfeita sensibilidade social” (BARROS, 15 nov. 1915, p. 6). Um pouco mais tarde Olavo Bilac, homenageado em Lisboa, mencionava o género latino, e afirmava-se latino e querer permanecer latino, o que significava para ele adotar as respectivas virtudes que “eram a decência do pensar e do dizer, a graça, a justeza, a sobriedade” (BILAC, 15 abr. 1916, p. 595). Por sua vez, Jaime Cortesão exaltava a cultura e a mentalidade latinas enquanto expressão de um ideal de humanismo integral. No entanto, chamava a atenção para o significado e sentido dessa admiração. Segundo ele, ela não podia significar reconhecimento da “França como mãe espiritual da nossa civilização” (CORTESÃO, 15 nov. 1916, p. 65), como se poderia deduzir de certas afirmações, nomeadamente de João de Barros. Os feitos dos portugueses na época moderna com as suas descobertas e conhecimentos científicos nada ficavam a dever à maternidade civilizadora francesa. Por outro lado, a cultura latina era a única com potencialidades para opor à “cultura defensora do domínio da força, da violência, da injustiça, uma outra com supremacia mental e sentimental” (BRAGA, 15 abr. 1916, p. 580). Ou seja, para estes autores a cultura latina, a única capaz de se opor a cultura germânica, unia todos os povos latinos numa luta comum. Jaime Cortesão concluía:

se deste pélagos humano revolvido pela maior das tempestades tem de nascer um novo mundo mais amoroso e belo, é justo, é legítimo, é necessário que ao surgir a nova Terra, possamos assentar nas ribas da costa, como nos bons tempos antigos, o padrão das descobertas. (CORTESÃO, 15 nov. 1916, p. 68)

A *Atlantida* tornando-se arauto do pensamento latino integrava-se no número dos que prosseguiam o mesmo objetivo. Chamava assim a si a sua representação em Portugal e no Brasil sem que isso fizesse esquecer a causa da aproximação luso-brasileira que agora colocava sobre a égide do espírito latino. Alargava-se assim tendencialmente o âmbito da sua intervenção fazendo do

apelo à latinidade a cor da sua bandeira. No contexto deste processo de mudança, assinalava-se a colaboração de Graça Aranha e das suas ligações a Paris, a deslocação de João de Barros a França, Itália e Espanha, países latinos por excelência. Contudo, teria sido a guerra a ditar o despontar de uma nova Europa para o que contribuía a derrota germânica. A resistência ao pangermanismo comprovou a panlatinidade, e a vitória dos países latinos ditou a derrota do seu adversário, não só sobre o ponto de vista militar, mas também cultural. Uma nova Europa nascia das cinzas e a França ocupava nela o lugar por que lutara. Neste contexto, a solidariedade manifestada desde a primeira hora pelo Brasil relativamente a Portugal atacado pela Alemanha reforçara a influência do valor da latinidade em detrimento da lusitanidade. O Brasil, deixando-se contaminar pelo pensamento latino, abria as portas ao futuro, quiçá não de forma exclusivamente definitiva, mas já marcado com o sinal do seu destino, irmanado nas suas formas de civilização, sensibilidade e valores espirituais.

Consequentemente, este viu-se abalado pelo novo mundo que nascia e as ideias da *Atlantida* ao serem integradas perderam o fulgor que as caracterizara. Um exemplo marcante da evolução de ideias que presidiram ao objetivo da *Atlantida* encontrava-se nos sucessivos modos com que ela foi sendo avaliada. Se atendermos ao imaginário de João de Barros e de João do Rio nos inícios da aventura *Atlantida* salientava-se que para ambos o mar, enquanto fator de lusitanidade, identificava as duas nações que banhava, como, aliás, se referiu. Depois tornou-se expoente do domínio marítimo dessa “nova e grande Lusitânia”, determinando uma superfície triangular cujos vértices estariam no Rio, em Lisboa e em Angola. Pretendia-se que a lusitanidade se afirmasse nos mares e desafiasse o poder de quem a enfrentasse, nomeadamente da germânia na sua política expansionista. Finalmente, sobre os auspícios da latinidade, o porto de Lisboa valia pelos contactos comerciais que repartia entre os diversos países. É evidente que um mundo de ideias e de sentimentos se refletia nos discursos dos fundadores da Revista e dos seus colaboradores pós-guerra. Mesmo para os mais moderados, a guerra mudara a forma de ver o mundo que se traduzia na exclusiva preponderância intelectual de Paris, fazendo esquecer que “o Brasil futuro teria de embeber bem as suas raízes no passado de Portugal para poder desabrochar em frutos originais e manter o seu destino histórico” (OLIVEIRA, 15 jan. 1916b, p. 203) como dizia Alberto Oliveira, integrando-se, pelo seu modo de pensar numa sociedade de transição. O luso-brasileiro pertencia ao passado da sua origem e ao futuro do seu destino, e no presente tinha raízes de lusitanidade na sua latinidade. As lições da guerra, ou melhor, do pós-guerra, se ouvidas e executadas, construíam, no presente, o futuro do Brasil e de Portugal sobre ponto de vista moral, económico e ideológico. Pretendia-se, pois, que a união que se projetara sobre o signo da lusitanidade se concretizasse agora sobre os auspícios da latinidade. A unidade luso-brasileira só pertencia ao passado se portugueses e brasileiros não soubessem construir o futuro ligando o que de velho tinham herdado ao novo que lhes era dado agora a conquistar.

Embora de modos diferentes, a ideia de aproximação luso-brasileira que presidira à criação da *Atlantida* mantinha-se se bem que participando numa outra forma de pensar e punha-se à

consideração dos seus leitores o modo de a concretizar. Propunha-se a realização de uma confederação luso-brasileira como meio de preparar os dois povos para a paz. Nomes como João de Barros, Bettencourt Rodrigues, Henrique Lopes Mendonça, Magalhães Lima, Jaime Cortesão, Alberto de Oliveira contavam-se entre os apoiantes da ideia. Unidos, o território brasileiro e o português, com as respectivas possessões de além-mar formariam a terceira potência colonial do mundo do pós-guerra. A ideia de uma aliança entre Portugal e o Brasil tinha a sua história. Apresentada em 1909 na Academia das Ciências de Lisboa pelo Doutor Teles de Carvalho, fora seguida pelo projeto de um acordo luso-brasileiro presente à Sociedade de Geografia por Consiglieri Pedroso e acertada tempos depois por Sílvio Romero. Estes retomaram, aliás, uma ideia uma vez formulada por D. Luís da Cunha que a apresentou a D. João V e anteriormente por seu tio-avô ao Prior do Crato. A ideia de aliança através das suas diversas formulações evoluíra com o decorrer dos séculos e das circunstâncias. E agora, dado o momento que se vivia poderia denominar-se *Repúblicas Unidas de Portugal e do Brasil* ou “Nova e Grande Lusitânia”. Esta última designação tinha um grande impacto porque correspondia, segundo os seus defensores, a uma realidade concreta. “Portugal seria na Europa o centro da irradiação, a *fons gentium* da raça lusitana e o Brasil onde o seu esforço e o seu género tão intensamente vivificara e florescera, teria na América o seu vasto e fecundo campo de expansão” (BARROS, 15 jun. 1917, p. 672). Retomava-se deste modo num dos últimos números da *Atlântida* a ideia da formação de um grande império lusitano cujos reflexos em todos os continentes “pesariam em fim sobre os destinos da humanidade como uma grande força civilizadora” (BARROS, 15 jun. 1917, p. 672). Entendida nestes termos, a confederação expressava um ideal de lusitanidade que iria refletir-se em todos os continentes em que se falasse a língua portuguesa. E corresponderia ao domínio civilizacional e cultural de Portugal e do Brasil que com ele havia de percorrer novos caminhos.

Em conclusão, a *Atlântida* representava o sonho de união entre Portugal e o Brasil que nunca se iria realizar, mas que também não se dissiparia no tempo. A permanência e a continuidade ditaria o destino dos dois territórios de aquém e além Atlântico, separados e unidos pelos mares, falando a mesma língua, evocando um passado comum e recordando uma identidade igualmente comum, sem a concretizarem plenamente. A *Atlântida* ocupou um lugar ímpar neste processo, se bem que também viesse a desaparecer de um dia para o outro sem ter concretizado o ideal para que fora criada. Talvez por não ter apostado na aliança da lusitanidade com a latinidade como forma de desenvolver as suas excepcionais virtualidades. Talvez por não ter conjugado o ideal com a realidade.

Referências

- A DIRECÇÃO. Atlântida. Mensario Artístico Literario e Social. Prospecto, *Atlântida*, Lisboa, n. 1, p. 93-95, 15 nov. 1915.
- _____. Atlântida, *Atlântida*, Lisboa, n. 13, p. 3-5, 15 nov. 1916.

- _____. *Atlântida, Atlântida*, Lisboa, n. 33-34, p. 845, 1919.
- ARANHA, Graça. A Nação, *Atlântida*, Lisboa, n. 37, p. 7-12, 1919.
- BARROS, João de. *Atlântida, Atlântida*, Lisboa, n. 1, p. 5-9, 15 nov. 1915.
- _____. A Confederação Luso-brasileira. Será possível uma nova e grande Lusitânia?, *Atlântida*, Lisboa, n. 20, p. 659-673, 15 jun. 1917.
- _____. Discurso, *Atlântida*, Lisboa, n. 28, p. 514-517, 15 fev. 1918.
- BILAC, Olavo. Conferência, *Atlântida*, n. 6, p. 591-595, 15 abr. 1916.
- BRAGA, Alexandre. Discurso, *Atlântida*, n. 6, p. 579-581, 15 abr. 1916.
- CORTESÃO, Jaime. Afirmações da consciência nacional. VI Civilização portuguesa, *Atlântida*, Lisboa, n. 13, p. 65-68, 15 nov. 1916.
- COSTA, Navarro. Aproximação artística entre Portugal e o Brasil, *Atlântida*, Lisboa, n. 22, p. 875-879, 15 ago. 1917.
- GAILLARD, J. Le développement maritime et l'avenir transatlantique du Brésil, *Atlântida*, Lisboa, n. 38, p. 181-182, 1919.
- LIMA, Magalhães. Carta ao dr. Bettencourt Rodrigues, *Atlântida*, Lisboa, n. 22, p. 844-847, 15 ago. 1917.
- OLIVEIRA, Alberto de. O Brasil na Academia de Ciências de Lisboa, *Atlântida*, Lisboa, n. 3, p. 297-301, 15 jan. 1916a.
- _____. Os Portuguezes no Brazil, *Atlântida*, Lisboa, n. 3, 15 jan. 1916b, p. 195-204.
- QUEIROZ, Teixeira de. Carta. Banquete de homenagem ao Dr. João de Barros, *Atlântida*, Lisboa, n. 28, p. 518-519, 15 fev. 1918.
- R., Aos nossos leitores, *Atlântida*, Lisboa, n. 37, p. 3-5, 1919.
- RIO, João do. O sonho da Atlantida, *Atlântida*, Lisboa, n.1, p. 10-15, 15 nov. 1915,
- _____. Portugal-Brasil após a guerra, *Atlântida*, n. 40, p. 440-459, jul. 1919.
- VIANA, Victor. Brasil-Portugal, *Atlântida*, Lisboa, n. 2, p. 99-102, 15 dez., 1915.

Minicurrículo

Zília Osório de Castro é professora catedrática jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL), licenciada em História, doutorada em Filosofia, Cultura Portuguesa, agregada em História das Ideias Políticas, dedicou-se também nos últimos anos aos Estudos sobre as Mulheres. Membro do Centro de História da Cultura da UNL até 2003 e a partir de então investigadora integrada do Centro de Estudos de Sociologia da mesma universidade, integrando a equipa Faces de Eva. Estudos sobre as mulheres. Foi diretora adjunta da revista *Cultura. História e Teoria das Ideias*, de 1908 a 2003 e, desde 2000, dirige a revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*.